



Município de Tomar

Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

ATA n.º 12

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no edifício sede da Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, na Rua Major Ferreira do Amaral, número nove – Tomar, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, conforme o nº 1 do Art.º 11º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do artigo 21º do Regimento da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: PAOD – Nos termos do Art.º 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; ponto um – Discussão e Votação das Atas das Sessões Anteriores, ordinária e extraordinária; ponto dois - Análise, Discussão e Votação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças; ponto três – Análise, Discussão e votação das Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano Plurianual de Ações (PPA) e Orçamento para o ano financeiro de 2020; ponto quatro - da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia; ponto quatro – Análise, Discussão e votação do mapa de Pessoal; ponto cinco – Apreciação e discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia; ponto seis - Outros assuntos de interesse para a freguesia. ----- Registou-se, apenas, a falta justificada do vogal do PSD, Marco Marques, que foi substituído por Ana Isabel Palmeiro. Verificaram-se, então as presenças de João Alberto Marques Cardoso (PS), Jaime das Neves Antunes (PS), Vitor Manuel Lopes Duarte (PS), Brisida de Freitas Antunes Arsénio (PS), Maria da Luz Santos Fortes Sousa (PS), Joana Sofia Gaspar Nunes (PS), Tiago Manuel Henriques Carrão (PSD), Isabel Maria Henriques da Conceição (PSD), Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado (PSD), Joaquim Dias Palricas, (PSD) José Manuel Farinha Perfeito (PSD), Filipe Carlos Silva Vintém (BE) e Anabela de Jesus Ribeiro França Mota (CDU).-----

No momento destinado à intervenção do público, o freguês Paulo Melo, residente em Casal dos Frades alerta para o estado de degradação e abandono desse bairro. Alerta ainda para troços de via nesse local com visibilidade limitada pela existência de canavial e alguma confusão na sinalização do trânsito no cruzamento aí existente. Queixa-se ainda da escassez de ecopontos nesse bairro. Em esclarecimento, Augusto Barros registou esses alertas e informa que os mesmos têm sido objeto de abordagem junto da CMT. Informa ainda que a Junta executou aí trabalhos e espera-se que a CMT delimite o perímetro que pertence à Junta. Refere também que a rua em causa tem três nomes, pelo que se espera que a CMT faça as devidas alterações. -----



## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Entrando-se no PAOD, o presidente da Assembleia lembrou que, segundo a legislação, este ponto da OT não deverá ultrapassar 60 minutos. Informou também que participou em reunião da Anafre nos Açores tendo lido a súmula das temáticas abordadas nessa reunião. Passou-se à análise da Moção Mobilidade Partilhada da iniciativa do PSD. O presidente sugeriu que a mesma passasse a recomendação. Foi defendida por Isabel Cardoso, em que se abordam as questões de mobilidade na Junta a que se associam os problemas ambientais. Joana Nunes justifica que se passe o texto proposto de Moção a Recomendação e alerta para a necessidade de infraestruturas adequadas aos novos meios de transporte propostos. Anabela França diz que esta iniciativa vai de encontro ao que a CDU vem defendendo. Filipe Vintém afirma que já há um projeto da CMT nesse sentido. E acrescenta que tudo o que contribua para combater as alterações climáticas é benéfico. Foi aceite pela bancada do PSD a passagem de Moção a Recomendação. Sobre a moção Eco- Freguesias XXI da iniciativa do PSD, o presidente propõe a criação de uma comissão que acompanhe o processo. Ana Palmeiro defendeu a moção. Pretende-se uma comunidade mais participativa e esclarece as vantagens. O PSD aceita a proposta de criação de uma comissão. Joana Nunes entende que a referida moção tem um cariz social e ambiental e explica o faseamento das candidaturas. Quanto à comissão, confessa que não tem formação na área ambiental para acompanhamento da elaboração do projeto. A bancada do PS acha que esta moção é benéfica para a freguesia. Anabela França declara que a CDU apoia esta iniciativa. É importante que se faça esse caminho para se avaliar o estado ambiental da nossa freguesia. Filipe Vintém afirma também que o BE está de acordo com a moção, sendo necessário identificar-se os pontos fortes e os pontos fracos. A presente moção foi aprovada por unanimidade. A CDU apresentou a sua moção – “Remoção de Amianto em Edifícios, Instalações e Equipamentos Públicos no Concelho de Tomar”. O presidente sugeriu também que a mesma passasse a Recomendação. Anabela França leu a moção e acha importante a sua manutenção para que assim se manifeste o sentido de voto de cada bancada. Joaquim Palricas acha que tudo o que defenda o bem-estar da população a sua bancada votará a favor. É preciso tomar medidas para que as pessoas não frequentem os espaços com amianto e dá o exemplo da Fábrica de Fiação. Filipe Vintém entende que a CMT só pode tomar nota dos edifícios que são seus. Sugere isso sim uma sinalética que informe a presença de amianto. E acrescenta que em reunião havida na sua escola foi dito que o ME vai intervir nessa área. O amianto foi matéria abordada na CMT com a presença de todos os presidentes de Junta, mas entende que não



## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

compete à Junta publicitar ou sinalizar o amianto. Joana Nunes alerta também para a nocividade do amianto e lamenta que a nível público esta questão não esteja resolvida, já que a nível privado é complicada a sua resolução. Realizada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. O PS apresentou voto de pesar pela morte do Arq. José Inácio Costa Rosa que foi aprovado por unanimidade. Passando-se ao ponto 1. ,a ata nº 9 foi aprovada por 10 votos, tantos quantos os que podiam votar. Do mesmo modo, a ata nº 10 foi aprovada por 9 votos, tantos quantos os que podiam votar. Entrando-se no ponto 2. da OT, Tiago Carrão fez algumas observações. Refere que na página 5 do documento verificam-se algumas confusões do texto. E questiona o que terá motivado as alterações ao documento. Anabela França interroga-se também sobre o porquê do aumento de algumas taxas. José Maria remete para a alteração da lei do registo e licenciamento dos canídeos, sendo certo que existem procedimentos de alteração que qualquer pessoa poderá fazer em sua casa. Se o fizer na Junta há uma taxa a pagar-se. Isabel Conceição alerta para omissões no art. 9. Joaquim Palricas alega que há um regulamento de taxas para quatro anos, pelo que há que sujeitar a aprovação eventuais alterações e revogar o anterior. Joana Nunes questiona se não será necessário reunião prévia para revogar o anterior e aprovar alterações. Joaquim Palricas entende que basta preâmbulo que refira o facto da revogação do anterior, face a alterações de legislação. Feita a votação, verificou-se unanimidade de votos, operadas que sejam as alterações e correções. Sobre o ponto 3., Tiago Carrão entende que o documento é constituído sobretudo de medidas avulsas e sem estratégia. Consultou outros documentos de Juntas diferentes e acha que é possível fazer melhor. Este apresenta algumas falhas e exemplifica: no gráfico Despesas, página 11, a legenda não está de acordo. O gráfico é o mesmo do ano anterior e já então não estava de acordo. Refere ainda que sendo a área social uma aposta, esta foi contemplada com apenas 2.000 euros quando no ano anterior era de 10.000. Relativamente a Família, o valor passou para metade do ano passado. Ainda quanto a Transparência, entende que o documento não é transparente, porque falando de Investimentos não são referidos valores e outros que não estão clarificados. A Proteção Civil passa de 500 euros para 5.000. Porquê e para quê? As comunicações de 3500 euros passa para 5000. Porquê? Outros Serviços Adquiridos de 1000 passa para 10000 euros. Quanto a estratégias, o PSD apresentou propostas que não foram contempladas. José Maria foi esclarecendo as dúvidas apresentadas referindo que o novo modelo contabilístico SNC AP veio introduzir alterações que se encontram refletidas nas rubricas de forma diferente do antigo sistema



## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

POCAL. Quanto à proteção civil, a disparidade justifica-se porque havia a perspetiva da criação de um corpo de sapadores. A área social foi reduzida, porque as verbas têm de entrar por outras vias. Entende que o orçamento é algo de previsível e não um valor absoluto. O futuro dirá os valores verdadeiramente envolvidos. Anabela França diz que é difícil perceber as linhas de intervenção pelos valores envolvidos. No caso do amianto, parece haver retrocesso. Fala-se de limpeza das ribeiras, mas omite-se o Nabão. A Mata dos Sete Montes era referida no passado. Agora já nada consta. José Maria esclarece que a Junta não vai resolver o problema do Nabão. Não tem essa competência. Do mesmo modo a Mata, embora a Junta tenha colaborado com os serviços competentes. Informa também que a Junta apoia o estágio de estudantes e a Junt'Anima é uma bandeira. As diversas atividades carecem de tempo de consolidação. Revela que uma das preocupações é instalar no Casal dos Frades um parque infantil. Joana Nunes acha que as questões alusivas ao orçamento foram esclarecidas pelo tesoureiro. Alerta para o limite dos recursos da Junta. E enumerou um conjunto de atividades que envolvem grandes custos. Augusto Barros diz que quando se faz um plano espera-se que ele se realize pelo menos a 80%. Refere as várias iniciativas em bairros sociais e que tem a ver com pequenas obras que se vão realizando. Quanto às escolas, seria bom ouvir os diretores dos agrupamentos quanto ao elogio à ação da Junta. As casas de banho da rua da Fábrica é obra que tem de ser feita. Quanto ao rio Nabão, os serviços diretamente responsáveis pelo rio deviam fazer mais. O bairro Casal dos Frades foi durante muito tempo desprezado. Esta Junta tem apostado muito na melhoria dessa zona. E afirma que sempre que tiver de ir à CMT reclamar de qualquer questão da Junta, fá-lo-á sem hesitação. Refere que o vogal Tiago Carrão fala muito de estratégia, mas é um facto que a obra aparece. Feita a votação, o ponto foi aprovado com sete votos a favor (PS e BE), cinco contra (PSD) e uma abstenção (CDU). No ponto 4. Joaquim Palricas interroga-se sobre o facto do aumento de um lugar de assistente operacional quando os restantes ainda não estão regularizados. José Maria revela que há um lugar por preencher que será ocupado após concluído o procedimento concursal que se encontra a decorrer. Joaquim Palricas pensa que o pessoal do exterior não é suficiente. E pergunta se a contratação de uma empresa para as tarefas de limpeza, por exemplo, não ficará mais económico para a Junta. Joana Nunes afirma que a verba afeta ao pessoal é enorme. A animação, o serviço social com duas técnicas a recibos verdes... Haverá condições para a integração nos quadros dessas pessoas? Augusto Barros entende que seria necessário mais pessoal para evitar os fitofármacos. Comenta-se que a Junta





## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

contrata pessoal para os serviços administrativos em vez de trabalhadores para o exterior. Sugere então que se veja o exemplo da CMT, em que abundam os engenheiros. A Junta aproveita os estagiários, os trabalhadores que prestam serviço comunitários, no sentido de não gastar muito dinheiro. Realizada a votação. Verificaram-se oito votos a favor (PS, BE e CDU) e cinco abstenções (PSD). No ponto 5. Joaquim Palricas retoma a ideia da necessidade de fazer constar no presente documento, relativamente às atividades, o que foi feito? o que se deliberou? Acha perturbantes as carências expressas nos cabazes. No ponto 6., Ana Palmeiro alude às descargas do rio Nabão. A presidente da CMT prometeu o uso de drones por forças policiais e a contratação de empresa para o controle da qualidade da água do rio. Pergunta se algo foi feito nesse sentido. Isabel Conceição comenta que uma árvore foi partida junto ao Lodge e imediatamente substituída. E pergunta, porquê tantas caldeiras vazias na cidade sem árvores repostas? Augusto Barros, relativamente ao rio Nabão, diz que o SEPNA afirma não ter pessoal para se deslocar até ao rio. Há indícios muito seguros das entidades poluidoras e espera que brevemente haja novidades nesta matéria. Pensa-se colocar câmaras de registo de imagem para identificação de potenciais responsáveis. Anabela França afirma que se os serviços competentes não desempenham o seu papel, a presidente da CMT pode fazer uma queixa por incompetência de serviços. Augusto Barros afirma que, sobre a árvore partida, fotografou-a e enviou a foto à CMT. No dia seguinte, a árvore estava substituída. Lamenta o banditismo noturno com estragos na cidade. Isabel Conceição alerta que a curva na Av. Melo e Castro provoca muitos acidentes. Joaquim Palricas alerta também para a falta de separadores laterais na estrada da Platex e pergunta se o cruzamento do estabelecimento Pica-pau se encontra na mesma. Tiago Carrão informa que, relativamente à penúltima assembleia em que foram debatidos os contratos interadministrativos, a sua bancada vai entregar à mesa um requerimento a solicitar informação.-----  
E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pela mesa.-----

O Presidente

O Primeiro secretário

O Segundo secretário